

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

As aproximações entre as organizações não. Governamentais e o governo do paraná no campo esportivo.

Isabel Cristina Martines y Fernando Marinho Mezzadri.

Cita:

Isabel Cristina Martines y Fernando Marinho Mezzadri (2009). *As aproximações entre as organizações não. Governamentais e o governo do paraná no campo esportivo. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1885>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

As aproximações entre as organizações não

**Governamentais e o governo do paraná
no campo esportivo**

Isabel Cristina Martines

Universidade Federal do Paraná

Centro de Pesquisas do Esporte, Lazer e Sociedade

Associa o Latinoamericana de Estudos Socioculturais do Esporte (ALESDE)

belmartines@hotmail.com

Fernando Marinho Mezzadri

Universidade Federal do Paraná

Centro de Pesquisas do Esporte, Lazer e Sociedade

Associa o Latinoamericana de Estudos Socioculturais do Esporte (ALESDE)

mezzadri@ufpr.br

INTRODU O

O esporte tornou-se um dos maiores fen menos sociais e, inquestionavelmente, um dos mais expressivos acontecimentos culturais da contemporaneidade. O imenso espaço ocupado na média mundial, o investimento de grandes quantidades de verbas, as evidentes inter-rela es do esporte com a política e a economia de muitos países e os milhares de pessoas que vivem e se envolvem com os fatos esportivos são alguns dos indicadores desta afirma o.

Nesse contexto, que poderíamos chamar de contínua consolidação e expansão, é possível perceber que, principalmente nos últimos anos, novas formas de organização, oferta e demanda do esporte surgiram em nosso país e, com isso, diversas instituições, tanto do setor público quanto do setor privado, têm passado a envolver-se mais intensamente com as questões esportivas. Exemplo disso é que, além dos órgãos públicos – como o ministério, as secretarias, as autarquias e demais instâncias governamentais responsáveis pela oferta do esporte a todos como um direito social – um grande número de empresas privadas, clubes sociais, associações de moradores e instituições do *Sistema S* (Sesi, Sesc) – apenas para citar alguns – tem passado a incorporar o esporte no conjunto de suas ações.

A partir dessa conjuntura, parece-nos razoável chamar a atenção para um tipo muito particular de instituição que se destacou consideravelmente nas últimas duas décadas e que, desde então, tem passado a exercer um papel significativo na elaboração e na oferta de programas no âmbito esportivo: as chamadas Organizações Não Governamentais¹, ou simplesmente ONGs, como são comumente conhecidas².

Basta prestar um pouco de atenção para percebermos que não é raro aparecer em programas televisivos alguma ONG que desenvolva ações vinculadas ao esporte em comunidades pobres de diversas regiões do país. Algumas vezes, as “ONGs esportivas”, por assim dizer, são criadas por atletas profissionais, como o tenista Gustavo Kuerten, os tetracampeões mundiais da seleção brasileira de futebol Raí, Leonardo, Bebeto e Jorginho, as ex-jogadoras de basquete Paula, Janeth e Hortência, o ex-jogador e técnico da seleção brasileira de vôlei, Bernardinho, entre tantos outros exemplos, pois a lista de esportistas famosos, interessados em envolver-se com as questões sociais, parece continuar a crescer num ritmo acelerado.

¹ A grafia dessa expressão tem se apresentado de diferentes maneiras nos textos de língua portuguesa. No Dicionário Houaiss consta sua escrita sem hífen (não governamental), modo utilizado, por exemplo, no trabalho de Landim (1993). Por sua vez, de acordo com o Dicionário Aurélio, a composição da palavra é separada pelo hífen (não-governamental). Este modo de escrita pode ser verificado nos trabalhos de Lima (2002) e Tavares (1999). Levando em consideração que as duas maneiras estão ortograficamente corretas, optamos pela não utilização do hífen ao longo do trabalho apenas por uma preferência pessoal.

² Conforme esclarecem as pesquisas de Leilah Landim (1993) e Ricardo Tavares (1999), o termo ONG foi empregado pela primeira vez na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), elaborada em 1946, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Na época, foi utilizado para referir-se às instituições que desenvolviam trabalhos de caráter social e filantrópico e que não pertenciam ao governo, sem maiores esclarecimentos. Depois disso, pouca (ou nenhuma) coisa mudou sobre o seu entendimento e apesar do termo ser bastante conhecido, sua definição ainda é pouco específica e admite muitas interpretações. Atualmente, as ONGs podem ser definidas como instituições criadas para desenvolver ações e realizar serviços voltados ao interesse público, com perfis e perspectivas de atuação nas mais diversas áreas, que declaram trabalhar em prol da cidadania, do respeito aos direitos humanos e do desenvolvimento social. E, no âmbito jurídico, o tipo de instituição que se convencionou chamar de Organização Não Governamental, trata-se de uma pessoa privada que pode estar organizada como uma associação ou fundação.

Do mesmo modo que as Organizações Não Governamentais atuantes em outras áreas, aquelas que trabalham com o esporte divulgam que seus projetos são idealizados e administrados de maneira autônoma e existem com o intuito de auxiliar o desenvolvimento da sociedade, ampliando a prestação de serviços e ofertando programas em localidades onde o poder público não chega ou presta atendimento de forma deficitária. Incorporando tal discurso, boa parte das pessoas que apoia o trabalho das ONGs entende que elas são instituições independentes, prestadoras dos serviços necessários à sociedade que não estão sendo garantidos pelo Estado (devido à falta de recursos), nem pelas empresas privadas (facilmente relacionadas à busca pelo lucro).

Em alguma medida, tal entendimento está correto, mas há que ser devidamente considerado que podem existir interesses bastante distintos – e até mesmo antagônicos – entre os milhares de Organizações Não Governamentais estabelecidas no país. Além disso, as ONGs não possuem plena autonomia financeira para a realização dos objetivos aos quais se propõem como muitos supõem e, mesmo as instituições criadas por ilustres atletas precisam procurar doações, financiamentos, investir em parcerias e patrocínios que garantam a sustentabilidade dos seus projetos.

Na busca por parceiros que possam contribuir com a efetivação de seus ideais, não raras vezes, as ONGs se aproximam do poder público, por visualizarem nos governos (federal, estadual ou municipal) uma boa chance de obter recursos. A partir dessa conduta, uma importante parte da verba de que as ONGs dispõem passa a estar fortemente condicionada ao financiamento público e, nesse sentido, é possível dizer que elas têm certa dependência funcional em relação ao governo.

Por outro lado, é imprescindível perceber que os governos não estão em posição de domínio sobre as ONGs, já que em diferentes momentos as Organizações Não Governamentais têm desempenhado um papel de protagonismo na elaboração das propostas referentes ao esporte e, cada vez mais, têm influenciado as decisões políticas. De algum modo, podemos dizer que as ONGs não ficam à mercê dos benefícios concedidos pelo poder público, mas que exercem certa influência sobre os agentes políticos, principalmente se considerarmos a visibilidade e importância atribuída aos seus representantes. Nesse sentido, as parcerias com as ONGs são elencadas, no âmbito governamental, como possíveis facilitadoras e até necessárias para o desenvolvimento de determinadas áreas, entre elas o esporte. Assim, os governos vêm buscando se aproximar das ONGs por acreditar que tais parcerias podem ampliar a realização de suas ações, ou ainda, por visualizarem nessa situação uma possibilidade de dividir com o setor privado alguns de seus encargos na oferta do esporte o que, para muitos, caracteriza um processo histórico de repasse das obrigações estatais ao setor privado.

Como podemos observar, o quadro apresentado até aqui nos fornece alguns elementos que justificam afirmar que, pautada em uma pluralidade de possíveis objetivos, forma-se uma multiplicidade de relações em torno do esporte, a partir dos interesses de instituições aparentemente distintas como o governo e as ONGs. Contudo, ainda não nos parece que nas relações entre as ONGs e o governo esteja evidente qual a lógica de funcionamento, os mecanismos sociais e, de certa forma, até mesmo os mecanismos legais que definem o estabelecimento (ou não) das parcerias que se referem ao esporte.

Evidentemente, o tema é demasiado amplo e permitiria uma série de análises por diferentes perspectivas. Nesse sentido, um esforço para compreendê-lo requer de nossa parte uma delimitação e uma instrumentalização que possibilite o estudo mais aprofundado de determinado aspecto.

Em busca de discussões que nos fornecessem possibilidades de entendimento dessas questões, relativamente recentes, mas nem por isso menos intensas, encontramos nos trabalhos do sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) profícuas oportunidades para analisar as relações das quais estamos falando. Desse modo, o referencial sociológico apresentado pelo autor indicou uma instrumentalização analítica e nos permitiu dirigir um “olhar sociológico” ao estudo.

Como uma forma de “delimitação territorial” para aprofundamento das análises, optamos por dirigir o foco do estudo especificamente para o Estado do Paraná³, por entender que, mesmo estando articulado com as políticas de âmbito nacional, cada estado pode apresentar sua própria cronologia, seu conjunto de regras e lógicas específicas para a realização de suas parcerias.

Para a consecução do objetivo proposto, o estudo teve sua base metodológica fundamentada na pesquisa qualitativa, utilizando como instrumentos para coleta de dados a análise de documentos, a entrevista semi-estruturada (realizada com três coordenadores de ONGs e dois funcionários do quadro da Paraná Esporte⁴) e o questionário (aplicados a sete coordenadores dos Centros Regionais de Esporte e Lazer (CRELs) da Paraná Esporte).

AS INTER-RELAÇÕES E AS DISPUTAS ENTRE AS ONGS ESPORTIVAS E O GOVERNO DO PARANÁ

³ O Estado do Paraná está localizado na Região Sul do Brasil e ocupa uma área de quase 200 mil km², divididos entre os seus 399 municípios. A contagem demográfica realizada pelo IBGE no ano de 2007, indica que sua população é de aproximadamente 10,3 milhões de habitantes (o que representa a 6ª posição entre os estados mais populosos do Brasil), sendo que 81,4% da população encontram-se na zona urbana. Para maiores informações, consultar os trabalhos de Magalhães (2001), Pereira (1996) e Wachowicz (2001).

⁴ A entidade autárquica Paraná Esporte (PRES) é a responsável pela elaboração e oferta do esporte no estado paranaense. Desde o ano de 2003 (com o início do mandato do governador Roberto Requião) está submetida à Secretaria de Estado de Educação. Em seu organograma, estão três diretorias: lazer e políticas públicas para a juventude; esporte; administração e finanças, ambas submetidas ao seu diretor-presidente.

No entendimento de Pierre Bourdieu, em todas as relações humanas a disputa está presente e, portanto, os indivíduos (agentes sociais) estão sempre em busca de obter algum tipo de conquista, não existindo ato desinteressado. Ainda de acordo com o sociólogo, as disputas acontecem em espaços específicos chamados de campos, onde os agentes sociais estão inseridos.

De maneira abreviada, um campo é o espaço social em que diferentes agentes, portadores de certo *habitus*, estão constantemente competindo dentro de uma lógica própria e em torno de um objeto específico de disputa. Todas as ações que acontecem no interior de um campo são reguladas por determinados mecanismos sociais – que na maioria das vezes estão ocultos – e objetivam adquirir certo tipo de capital (econômico, simbólico, político, etc.). Além disso, campos distintos podem se aproximar, estabelecendo aí novas lutas e novos objetos de disputa (BOURDIEU, 2002).

Com vistas a essa abordagem, é possível dizer que, ao se envolverem com as questões do esporte, os diversos agentes sociais, tanto das ONGs quanto do governo, estão buscando adquirir um conjunto de referências (capitais), capaz de lhes conceder algum benefício. Ao estabelecer parcerias com determinada ONG e não com outra, ao destinar recursos a uma e não a outra, o governo está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva, dentro de uma lógica própria e a partir de interesses, fundamentalmente relativos ao campo político, que levam ao funcionamento de certas ONGs e à sobrevivência de alguns projetos. Os agentes das ONGs, por sua vez, também estão inseridos em um determinado campo e estão constantemente lutando em busca de consolidações e parcerias que sejam mais vantajosas para eles. E, para além das concorrências que acontecem *no interior* do campo político e do campo das Organizações Não Governamentais e as lutas travadas *entre* eles, precisamos observar que as disputas também perpassam outro espaço: o campo do esporte.

Deste modo, estamos falando fundamentalmente das relações concorrenciais que acontecem quando o campo político, o campo esportivo e o campo das Organizações Não Governamentais se aproximam. Ainda que cada um desses campos tenha sua própria história e lógica de funcionamento, seus interesses, agentes sociais e *habitus*, é possível dizer que derivam novos interesses decorrentes da aproximação entre eles.

Empregando o referencial de análise de Pierre Bourdieu, poderíamos dizer que os mecanismos que regulamentam as relações de “parcerias” nas ONGs em que analisamos – Programa Rexona Ades Esporte Cidadão, Centro Integrado de Assistência Gerador de Movimento para a Cidadania (Ciagym) e Associação Maringaense de Handebol (AMH) – não são efetivamente as orientações jurídicas, mas sim, uma lógica própria estabelecida especificamente no espaço onde se entrelaçam os campos político, o campo das ONGs e o campo esportivo e nas lutas travadas aí, em torno de um objeto específico de disputa: entre eles, destacamos os projetos socioesportivos

como um objeto, dotado de valor, capaz de despertar o interesse dos agentes advindos de ambos os campos.

Com vistas a tal entendimento, passamos a analisar os possíveis interesses que podem ter os agentes inseridos nesse espaço, lembrando que suas ações são estruturadas e estruturantes dos *habitus* referentes ao campo em que cada um deles está inserido.

Para os agentes das ONGs, a parceria com o poder público representa uma grande oportunidade de continuidade dos trabalhos sociais desenvolvidos nessas instituições e, além disso, a realização dos projetos esportivos pode ser uma possibilidade de visibilidade, reconhecimento e prestígio à instituição.

Por outro lado, estabelecendo parcerias com a ONG, o governo atende às crianças e adolescentes que frequentam as atividades e pode se aproximar de um projeto socioesportivo que traz certa visibilidade ao estado e, obviamente, aos seus governantes. Desse modo, para os agentes políticos, a realização dessas parcerias se torna uma estratégia de divulgação, ampliação do atendimento e garantia da oferta de produtos aos seus mandatários (eleitores) e implantação de seus interesses.

Por fim, aos agentes inseridos no campo esportivo – que têm demonstrado nos últimos anos grande aproximação das questões de caráter social – podemos investigar, entre seus prováveis interesses com a realização desse tipo de projeto, a continuidade de inserção no campo esportivo e, mais do que isso, a possibilidade de atuação nesse espaço e aquisição de certos capitais, principalmente simbólico e social.

Nesse sentido, evidenciamos que conhecer as lógicas que regulam as relações entre o Governo do Paraná e as ONGs, podem ser importantes para conhecermos como se efetivam as lutas em torno da continuidade ou interrupção dos projetos socioesportivos e compreender a aproximação ou o distanciamento de certas ONGs do poder público. Tal compreensão pode auxiliar para que a implantação dos projetos não seja norteadas por mecanismos que na maioria das vezes nos estão ocultos, mas sim, por ações guiadas por um modelo crescentemente democrático e orientadas à garantia do esporte como um direito social.

APONTAMENTOS FINAIS

A partir do exposto aqui, podemos perceber que as relações entre as ONGs que trabalham com a oferta de projetos esportivos e o Governo do Paraná são bastante intrincadas e complexas. Com isso, perceber as diferentes configurações que (não) permitem a aproximação entre essas instituições, assim como os diversos objetivos que permeiam essa relação, requer de nós o

afastamento de uma aceitação conformista ou de uma negação exacerbada que, muitas vezes, circundam as pesquisas a respeito desse tema.

Primeiramente, é preciso esclarecer que apesar de dispormos de uma série de normas legais que regulamentam, no âmbito jurídico, as parcerias entre as ONGs e o governo (como a Lei n. 8.666, a Lei 9.790, o Decreto n. 6.170 e suas modificações, e ainda, as titulações de Utilidade Pública Federal ou Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), não é possível afirmar que esses mecanismos sejam os principais norteadores das relações entre tais instituições.

As análises efetivadas até o momento, nos permitem afirmar que a realização (ou não) das parcerias está pautada em outros mecanismos que, na maioria das vezes, nos estão ocultos e que são fundamentados na lógica estabelecida no entrelaçamento entre os campos político, esportivo e das ONGs, que se caracteriza como um espaço de lutas em torno de um objeto de disputa específico.

Entre os interesses comuns que existem na interseção destes campos, destacamos os **projetos socioesportivos**, como um “objeto” de disputa, dotado de valor, capaz de interessar, por diferentes motivos, aos agentes aí inseridos.

A análise das informações obtidas nos indicou que as relações estabelecidas entre as ONGs e o governo paranaense está fundamentada em uma teia de interdependências mútuas em que cada um dos parceiros exerce uma força compulsiva sobre o outro. Os agentes sociais, inseridos tanto nas ONGs quanto na Paraná Esporte, estão constantemente em busca de adquirir um conjunto de capitais e, nesse movimento, todas as suas ações são orientadas por interesses específicos ao campo em que estão inseridos, observando que tais objetivos são mutáveis, de acordo com as diferentes configurações. Nesse sentido, a oferta de projetos socioesportivos e a aproximação entre o governo estadual e as ONGs está pautada por ações que sejam capazes de garantir benefícios aos agentes inseridos nessas instituições e, deste modo, a utilização do esporte e realização de projetos de cunho social é uma das estratégias que pode conferir certo prestígio a esses agentes. Sendo assim, entendemos que as relações entre o Governo e as ONGs no que se refere à oferta do esporte está, de alguma forma, submetida aos mecanismos que definem as regras do jogo social realizado nesse espaço de interseção.

Neste sentido, cada um dos agentes desse espaço, movimenta-se almejando obter vantagens próprias e, assim, é possível pensar na existência de uma “parceria concorrencial”. A partir desse entendimento, é possível dizer que são as lutas travadas por esses agentes, em torno dos interesses convenientes a cada um deles, que articulam as relações efetivadas no entrelaçamento dos campos e resultam nas tomadas de decisões que acontecem nesse espaço, particularmente a manutenção ou o distanciamento de certos projetos.

Apresentadas tais questões, nos resta dizer que, tendo em vista a novidade do tema e a complexidade que o cerca, ainda temos muito que caminhar nessa direção, já que o assunto do qual tratamos se encontra ainda em fase embrionária e as reflexões aqui contidas estão longe de serem conclusivas.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2002**. Rio de Janeiro: IBGE-IPEA, 2004.
- _____. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2005**. Rio de Janeiro: IBGE-IPEA, 2008.
- LANDIM, Leilah Assumpção. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- LIMA, Sandra Maria Faleiros. **ONGs: uma investigação sobre sua natureza**. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.
- MARCHI JR., Wanderley. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo (Org.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-111.
- _____. **"Sacando" o voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí, RS: Unijuí, 2004.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINS, Dilson José de Quadros. **A formulação e a implementação das políticas públicas no campo do esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- MEZZADRI, Fernando Marinho. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais**. 178 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *et. al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- TAVARES, Ricardo Neiva. **As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.
- WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.
- WACQUANT, Loïc. Esclarecer o Habitus. **Sociologia**. Porto, série 1, vol. 1, p. 35-41, 1991.